

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16663 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

Competências Gerais para o Mundo do Trabalho: economia política e reestruturação produtiva

Lia Cristiane Lima Hallwass - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Vitória Kaster Neutzling - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COMPETÊNCIAS GERAIS PARA O MUNDO DO TRABALHO: ECONOMIA POLÍTICA E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

RESUMO: A pesquisa sopesou o desenvolvimento de competências gerais prescritas pelas teorias tradicionais do currículo (BOBBITT, 2004) face às demandas do atual mundo do trabalho. Esse texto é parte de tese de doutorado, que discutiu a resignificação das teorias tradicionais do currículo nas transformações educacionais que priorizam na educação superior a formação para o trabalho. Desenvolvido a partir de análise bibliográfica exploratória, identificou-se que a Indústria 4.0 refinou ainda mais o processo de acumulação de capital estabelecido nas revoluções anteriores, deflagrando mudanças radicais nas ideias de empresa e de trabalhador e, assim, na formação para o trabalho nessa indústria. Ela exige um trabalhador integral, dotado de competências profissionais, sociais e gerais, sendo as últimas relevantes para que ele apreenda e se ajuste às complexas diretrizes do mundo do trabalho no século XXI. Do mesmo modo, a educação deve estar atenta à firme conexão entre ela e o mercado, que passa a estar associada aos pressupostos efficientistas que, em meio às reestruturações produtivas, põem em xeque seus objetivos sociais e a mensura pela sua capacidade de formar trabalhadores conforme as especificações necessárias à nova realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação superior. Currículo. Competências. Mundo do trabalho. Indústria 4.0.

O trabalho, condição ontológica da vida humana, é promotor da sociabilidade e permite satisfazer as necessidades da vida (MARX, 1996). A educação, por sua vez, é um processo amplo, complexo e social por meio do qual o indivíduo insere-se em experiências profissionalizantes, de crescimento individual e de compreensão da coletividade (OZGA, 2000). Porém, atravessada por interesses do capital, a educação alinhou-se com os negócios (DEL PINO, 1997; ANTUNES, 2008), idealmente atendendo à demanda sistemática de mão de obra decorrente das revoluções industriais. A educação para o trabalho despontou como bandeira das teorias tradicionais curriculares (TTC) (SILVA, 2016).

Tendo a relação entre educação e trabalho como eixo de análise, e explicitamente o impacto da reestruturação produtiva no campo da educação superior, o objetivo desse estudo bibliográfico exploratório (SEVERINO, 1984) foi sopesar o desenvolvimento das competências gerais prescritas por autores das TTC (BOBBIT, 2024) face às demandas do atual mundo do trabalho. O artigo abrangeu pontos de contato e tensão entre o materialismo histórico-dialético e sua práxis nesses currículos, focalizando nos influxos teóricos e práticos da relação entre educação e mercado. Essa discussão é oriunda de tese de doutorado que investigou, amplamente, as reestruturações tecnológicas, econômicas e sociais do trabalho e, na contemporaneidade, o papel da educação superior na formação para o trabalho defendida pelas TTC.

A segunda revolução industrial foi o marco do surgimento dessas teorias, delineando o efficientismo educacional (SILVA, 2016). Bobbitt (2004) avalizou que, se o objetivo das fábricas tayloristas era a eficiência produtiva para atender às demandas da sociedade por produtos, o objetivo das instituições de ensino deveria ser a eficiência educacional para atender às demandas das fábricas por trabalhadores nelas empregáveis.

Em complemento, os indivíduos deveriam ser vocacionados pela educação para as ocupações disponíveis no mercado. Sob essa ótica, os critérios para mensuração do processo e do produto educacionais se dão pelo viés da empregabilidade.

Os pressupostos efficientistas dessa concepção educacional consignaram a relação entre educação e mercado. Na direção da nau capitalista, as instituições educacionais tornaram-se responsáveis pela preparação integral dos indivíduos para as obrigações da vida adulta, sendo o trabalho a principal. A ideia, bem aceita pelos empresários da época (KLIEBARD, 1999; BOBBITT, 2004; PARASKEVA, 2005), passou a vigor nos currículos das escolas.

Assim, integral deve ser tanto a formação oferecida quanto o trabalhador formado. Em uma visão ontológica, Bobbit (2004) indicava que a educação deve obedecer a três dimensões formativas: profissional para o labor, social para integração ao grupo de trabalho, e geral para a vida. O trabalhador integral, por seu turno, é aquele que possui todas as competências profissionais, sociais e gerais para o trabalho.

Competências profissionais têm cunho laboral, variando conforme técnicas próprias da ocupação para a qual se está preparando. As sociais são abstratas, consoantes às responsabilidades sociais participativas do labor. Elas ajustam comportamentos individuais aos objetivos do grupo de trabalho, otimizando o serviço humano integrado, a fim de oportunizar e mensurar as destrezas intelectual, psicológica e operativa.

E as competências gerais, foco deste resumo, são consideradas fundamentais para que o indivíduo entenda a centralidade do trabalho nas perspectivas da vida adulta e, assim, tenha sempre atitudes positivas face às obrigações e desafios típicos do trabalho. Elas não são necessariamente laborais. Segundo Bobbit (2004), são elas: as qualidades do bom cidadão,

que envolvem ética, valores sociais e solidariedade, e, também, irmandade, obediência e repressão do que é errado; capacidade física e emocional, que revitalizam o indivíduo e fazem-no dedicar eficientemente energia e emoções ao trabalho, e às nuances de competição e frustração; e, por fim, a intercomunicação social que remete ao intercâmbio de informações e experiências com outros profissionais, por meio da educação formal, informal e/ou continuada.

Fato é que o receituário efficientista, oriundo do contexto industrial do início do século XX, que tramou a responsabilidade educacional sobre o desenvolvimento dessas competências, não está superado. As transições entre as fases da Revolução Industrial parecem ter mantido seus pressupostos vigentes na educação para o trabalho (AUTOR, 2023). Isso ocorreu na medida da evolução da produção capitalista e de sua economia política (MARX, 1996). Suas competências sociais são compatíveis com as exigências da Terceira Fase (Toyotismo); e as gerais, com as da atual e Quarta Fase (Indústria 4.0), por conta das exigências de competências concernentes às ocupações disponíveis, às relações e às demandas de trabalho digital (SCHWAB, 2016; SANTOS *et al.*, 2018), as quais foram se consolidando no caminho até o século XXI.

A Indústria 4.0 atinge a todos com seus objetivos mercadológicos: produção, trabalho e educação. Devido à conectividade digital e à economia sob demanda, empresas não desejam trabalhadores, em especial, porque as ideias de empresa e de trabalhos físicos foram desfeitas. Empresas desejam indivíduos autônomos competindo por demandas disponibilizadas em nuvem, sem limites geográficos.

Especialmente na educação superior, a ideia de formação de um trabalhador integral parece constituir uma resposta à competitividade inerente ao atual mercado de trabalho, ainda nem totalmente organizado (SCHWAB, 2016; SANTOS *et al.*, 2018). Essa formação integral, agora, envolve efetivamente aspectos gerais da vida do trabalhador. As competências gerais listadas por Bobbitt (2004) permitem ao trabalhador alinhar-se aos novos tipos de exploração propostos nessa indústria a fim de manter-se empregável.

É possível explicitar como o ideário de Bobbitt (2004) continua impactante na formação humana, ao recontextualizar as competências gerais há pouco apresentadas. As qualidades do bom cidadão configuraram um trabalhador obediente e responsável que encara com positividade as adversidades do trabalho. Ele próprio trata de ressignificar-se nesse modelo produtivo que lhe extrai a mais-valia mediante liberalização das relações de trabalho. Esse perfil de trabalhador interessa ao capital, pois ele se ajusta autônoma e eficientemente às necessidades da Indústria 4.0, tais como flexibilidade, versatilidade, adaptabilidade e multifuncionalidade.

O ponto nevrálgico é que, sendo o trabalho uma categoria fundamental da análise da sociedade, a desorganização de suas bases sociais afeta negativamente a relação dialética entre homem e trabalho e torna imprecisa sua relação com a natureza e com o conhecimento

(DEL PINO, 1997). Outrossim, desconsidera necessidades históricas dos trabalhadores e valores sociais caros da educação, em favor da economia do capital.

O trabalhador precisa empresariar-se a si, competir pelas demandas, e cuidar de si para atendê-las. Posto isso, e como o vínculo trabalhista pode inexistir, seu corpo e mente sadios interessa inclusive para lidar dinamicamente com a possível imprevisibilidade do trabalho e dos respectivos rendimentos.

No contexto atual, essas capacidades surgem sob as nomenclaturas de vitalidade, iniciativa, intuição, sinergia e *soft skills* (BODEN, 2004). Marx (1996) já expressou preocupação sobre o fato de o processo de especialização potencializar a alienação e reduzir o sentimento de propósito que os indivíduos buscam no trabalho.

A intercomunicação social é vital devido à rápida mudança dos ambientes e processos produtivos. O trabalhador precisa ser consciente de sua obsolescência e da obrigação de qualificar-se, também de forma autônoma. Sua empregabilidade está condicionada a essa consciência. Mesmo que Bobbitt não as tenha listado, pode-se enquadrar aqui as competências tecnológicas, que atualmente são critérios importantes para o sucesso profissional.

Essa competitividade respinga na educação em forma de responsabilidade pela performatividade e, logo, pela empregabilidade do alunado, trazendo modelos de educação. Destaca-se a educação 4.0 baseada em tecnologias de trabalho da Indústria 4.0, ou seja, em competências profissionais e, mais recente, a Educação 5.0 voltada à formação socioemocional, que visa à integração entre indivíduos e sociedade da informação, tornando-os capazes de lidar com a dinamismo contemporâneo do conceito de produtividade (VILELA Jr. *et al.*, 2020).

Conforme mostrou Autor (2023), instituições de ensino vêm estabelecendo objetivos de formar, para além de um profissional com capacidade técnica, indivíduos empreendedores, autônomos, versáteis e multifuncionais em relação ao seu campo do conhecimento, também, flexíveis em relação às demandas e esforços do trabalho. E que busquem de forma adaptativa desenvolver continuamente o seu conhecimento dentro de um mundo de rápidas mudanças.

Outrossim, as *soft skills* surgiram como importantes para a sinergia, colaboração e visão social do trabalho. Esses adjetivos têm relação direta com a eficiência produtiva e gera responsabilidade coletiva sobre o trabalho. Com isso, tanto no nível profissional quanto no nível social, espera-se um trabalhador dedicado ao trabalho e ao grupo de trabalho, pois essa dedicação reflete em compromisso com a organização.

Essas características constam nos estudos de Bobbit (2004), como competências gerais que permitem aprofundar a extração de mais valia (MARX, 1996). O mundo do trabalho atual não quer o trabalhador, mas sim o indivíduo apto a transitar em meio às relações nem sempre amistosas entre trabalho e emprego, dotado de adaptação, resiliência e

espírito empreendedor para sobreviver no mundo real do trabalho (AUTOR, 2023). O que Bobbit não previu, nesse contexto, diz respeito à flexibilização das relações de trabalho. Situação que se constitui ao mesmo tempo em desafio para trabalhadores e responsabilidade para o processo educacional (BALL, 2012; NEWMAN e CLARKE, 2012).

Sob esse viés, a educação mais uma vez responde por não apenas formar o indivíduo para uma profissão específica, mas por fazer compreender as operações complexas do mundo do trabalho na Indústria 4.0. Inobstante, as responsabilidades, o empresariamento de si e de seu labor. Nisso, ele deve cuidar de sua mente, de seu corpo, de sua energia para poder assumir as demandas que surgem e dar conta delas. Todas as competências aqui elencadas tornam-se pertinentes para se ganhar a vida nessa flexível e desregulamentada indústria (SCHWAB; 2016; COLLABO, 2022), e para Bobbit devem ser contempladas no processo educacional.

A busca pela eficiência produtiva reorganizou as funções humanas no trabalho, como também, com o trabalho digital, passou a exigir mais do que um trabalhador dinâmico, mas um indivíduo humanamente adequado ao ciclo de produzir, vender sua força de trabalho, consumir e qualificar-se em meio à saturação dos sistemas, exploração humana e possíveis crises das condições de vida. Essa situação vem lapidando o papel da educação na formação dos indivíduos, retomando as TTC como forma de enfrentamento à competitividade empresarial que passa a ser uma tendência unânime entre os indivíduos. Assim, a formação humana, mesmo aquela que prima por competências sociais ou gerais, volta-se primordialmente para o mercado, metamorfoseando a característica educacional aos moldes do capital econômico.

REFERÊNCIAS

- AUTOR. **Título:** subtítulo. N f. Tese (Doutorado). Programa. Universidade, Cidade/UF, 2023.
- ANTUNES, R. L. C. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BALL, S. J. **Global Education Inc.:** new policy networks and the neoliberal imaginary. New York: Routledge, 2012.
- BOBBITT, J. F. **O Currículo.** Lisboa: Plátano, 2004.
- BODEN, M. A. **The Creative Mind:** myths and mechanisms. Routledge, 2004.
- COLLABO. **A Indústria 4.0 e a Revolução Digital.** Disponível em: <<https://alvarovelho.net/attachments/article/114/ebook-a-industria-4.0-e-a-revolucao-digital.pdf>>. Acesso: jun-2022.
- DEL PINO, M. A. B. **Educação, Trabalho e Novas Tecnologias:** as transformações nos processos de trabalho e de valorização do capital. Pelotas: Editora Universitária, 1997.

- KLIEBARD, H. M. **Schooled to Work**. Vocationalism and the american curriculum. New York: Teacher College, 1999.
- MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política (Volumes I e II). São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- NEWMAN, J. e CLARKE, J. Gerencialismo. **Educação & Realidade**, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio-ago, 2012.
- OZGA, J. **Investigação sobre Políticas Educacionais** – terreno de contestação. Porto: Porto Editora, 2000.
- PARASKEVA, J. **Tensões Gerais no Campo do Currículo**. Lisboa: Plátano Editora, 2005.
- SANTOS, B. P. et al. Indústria 4.0: desafios e oportunidades. **Produção e Conhecimento**, v. 4, n. 1, p. 111-124, 2018.
- SCHWAB, K. **A Quarta Revolução Industrial**. Tradução: Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1984.
- SILVA, Tomaz T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- VILELA Jr., G. B. et al. Você está preparado para a Educação 5.0? **Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, v. 12, n. 1, p. 02-08, 2020.